



PODER JUDICIÁRIO  
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR  
DILEO/COLIC/SECOT

## TERMO ADITIVO DE CONVÊNIO

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO N° 01/2020 (1767593) CELEBRADO ENTRE O SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR E O ITAÚ UNIBANCO S.A., PARA A CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS, MEDIANTE CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO, AOS MAGISTRADOS E SERVIDORES, ATIVOS E INATIVOS, E PENSIONISTAS DA JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO, CONFORME O PROCESSO SEI N° 002281/20-00.01.**

A União, por intermédio do SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, registrado no CNPJ/MF sob o n° 00.497.560/0001-01, com sede na Praça dos Tribunais Superiores, em Brasília, DF, neste ato representado pelo seu Diretor-Geral, **José Carlos Nader Motta**, com fundamento no Manual de Organização do STM, aprovado pelo Ato Normativo n° 540/2022, doravante denominado **CONVENIENTE**, e o **ITAÚ UNIBANCO S.A.**, CNPJ/MF sob o n°. 60.701.190/0001-04, com sede à Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha 100 - Torre Olavo Setubal - Parque Jabaquara - São Paulo - SP, correio eletrônico: boconsigrenovacao@itau-unibanco.com.br, doravante denominado **CONVENIADO**, neste ato representada por suas Procuradoras, **Kelly Harumi Tagawa**, portadora da carteira de identidade n° 22567294 e do CPF n° 252.338.738-77 e **Marcela Galhardo Serafim**, portadora da carteira de identidade n° 4374547 e do CPF n° 297.233-348-95, com fundamento no art. 116 da Lei no 8.666/1993, no Ato Normativo n° 221, de 10 de março de 2017 e demais normas aplicáveis à espécie, ajustam entre si o presente Termo Aditivo ao Convênio n° 01/2020, mediante as cláusulas e condições a seguir exaradas:

### Cláusula Primeira – DO OBJETO

O objeto deste Termo Aditivo é a inclusão de Cláusula que trata da Lei Geral de Proteção de Dados, com a respectiva renumeração das Cláusulas do **Convênio n° 01/2020 (1767593)**, celebrado entre as partes em 30 de junho de 2020, de acordo com os Pareceres ASLIC n°s 442/2022 (**2727346**), 238/2023 (**3214496**), 785/2023 (**3447448**), 377/2024 (**3729889**) e o Despacho em Expediente COLIC (**3148175**).

## **Cláusula Segunda – DA INCLUSÃO DE CLÁUSULA E RESPECTIVA RENUMERAÇÃO DAS CLÁUSULAS SEGUINTE**

Fica incluída a Cláusula Nona - DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS e renumeradas as respectivas Cláusulas seguintes do Convênio nº **01/2020 (1767593)**.

### **"Cláusula Nona - DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS**

1. As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018).

2. É vedado às partes a utilização dos dados repassados em decorrência da execução deste Convênio em não observância aos preceitos da LGPD e dos documentos que os magistrados e servidores aderem.

3 . As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual, inclusive o formalizado com os servidores e magistrados.

4. Os dados pessoais tornados públicos por este Convênio deverão ser resguardados pelas partes, observados os princípios de proteção de dados previstos no art. 6º da Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados).

5. O CONVENIADO fica obrigado a comunicar à autoridade nacional e ao titular a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares, dentro do prazo legal e na forma do art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

6. Durante toda a execução do objeto contratado, o tratamento de dados pessoais deverá se limitar ao mínimo necessário para a execução do objeto, sendo observados:

- a) a compatibilidade com a finalidade especificada;
- b) o interesse público; e
- c) a regra de competência administrativa aplicável à situação concreta.

7. Os dados devem ser eliminados, quando não autorizada sua conservação, nos termos do art. 16 da LGPD, após o término de seu tratamento nas hipóteses previstas no art. 15 da

referida lei.

8. O CONVENIADO deverá promover a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos do CONVENENTE, em caso de desligamento de funcionário, das atividades inerentes à execução do presente Convênio.

9. O CONVENIADO não poderá disponibilizar ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização por escrito, informação, dados pessoais ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto contratual.

10. Encerrada a vigência do Convênio ou após a satisfação da finalidade pretendida, o CONVENIADO interromperá o tratamento dos dados pessoais disponibilizados pelo CONVENENTE e, em no máximo trinta dias, sob instruções e na medida do determinado por este, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico), salvo quando o CONVENIADO tenha que manter os dados para cumprimento de obrigação legal.

11. As Partes ficam obrigadas a assumir responsabilidades pelos danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos devidamente comprovados que venham a ser causados em razão do descumprimento de suas obrigações legais no processo de tratamento dos dados no âmbito deste Convênio.

**12. Eventuais responsabilidades serão apuradas de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.**

#### **Cláusula Décima – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS**

1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do presente Convênio ficarão a cargo da Seção de Elaboração da Folha de Pagamento - SELF0.

2. Os casos omissos serão resolvidos pelo Diretor-Geral do Convenente, com base nas disposições constantes da Lei nº 8.666/1993, nos princípios de direito público e, subsidiariamente, em outras leis que se prestem a suprir eventuais lacunas.

#### **Cláusula Décima Primeira - DO FORO**

As partes elegem o foro da cidade de Brasília-DF para dirimir qualquer questão resultante do presente Convênio, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, assim, por estarem justas e acertadas, firmam as partes o presente instrumento, em meio eletrônico, constante no Processo Administrativo em epígrafe, por intermédio do Sistema Eletrônico de Informações do Convenente."

#### **Cláusula Terceira - DA VIGÊNCIA**

Este Termo Aditivo vigorará a contar de sua assinatura até 29 de junho de 2025.

#### **Cláusula Quarta - DO FUNDAMENTO LEGAL**

O presente Termo Aditivo tem por fundamento legal o art. 65, "caput", da Lei nº 8.666/1993, a Lei nº 13.709/2018 e a Recomendação nº 73/CNJ.

#### **Cláusula Quinta – DAS DEMAIS CLÁUSULAS**

Ressalvadas as modificações deste Termo Aditivo, permanecem inalteradas todas as demais cláusulas, condições e obrigações do Convênio celebrado em 30 de junho de 2020 ([1767593](#)).

#### **Cláusula Sexta – DO FORO**

Fica eleito o Foro da cidade de Brasília, Seção Judiciária do Distrito Federal, para dirimir qualquer questão oriunda da execução deste instrumento, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, assim, por estarem justas e acertadas, firmam as partes o presente instrumento, em meio eletrônico, constante no Processo Administrativo em epígrafe, por intermédio do Sistema Eletrônico de Informações do Conveniente.

Brasília, de                      de 2024.

**José Carlos Nader Motta**  
Diretor-Geral do Conveniente

**Kelly Harumi Tagawa**  
Procuradora do Conveniado

**Marcela Galhardo Serafim**  
Procuradora do Conveniado



Documento assinado eletronicamente por **MARCELA GALHARDO SERAFIM**, **Usuário Externo**, em 20/12/2024, às 16:59 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **KELLY HARUMI TAGAWA**, **Usuário Externo**, em 20/12/2024, às 17:15 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ CARLOS NADER MOTTA**, **DIRETOR-GERAL**, em 22/12/2024, às 22:06 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site  
[http://sei.stm.jus.br/controlador\\_externo.php?](http://sei.stm.jus.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.stm.jus.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código  
verificador **4097490** e o código CRC **13821901**.

---

4097490v1

Setor de Autarquias Sul, Praça dos Tribunais Superiores - Bairro Asa Sul - CEP 70098-900 -  
Brasília - DF